



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 1º Trimestre de 2026



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto



CORPO DELIBERATIVO

Conselheiro Presidente

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha

Conselheiro Vice-Presidente

Davi Diniz de Carvalho

Conselheiro Corregedor

Domingos Augusto Taufner

Conselheiro Ouvidor

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Conselheiro Diretor da Escola de Contas

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Conselheiro Presidente 1ª Câmara

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Conselheiro Presidente 2ª Câmara

Rodrigo Coelho do Carmo

Conselheiros Substitutos

Márcia Jaccoud Freitas

Marco Antônio da Silva

Donato Volkers Moutinho

Ministério Público de Contas

Procurador-Geral

Luciano Vieira

Procuradores de Contas

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Luís Henrique Anastácio da Silva



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. GOVERNANÇA DO TCEES	5
2.1 Visão Geral Organizacional	5
2.2 Planejamento Estratégico	6
2.3 Projetos Prioritários	9
3. APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES	10
3.1 Controle Interno (NCI)	10
4. INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE	11
4.1 Gestão da Comunicação (Secom)	11
4.2 Ouvidoria	14
4.3 Ministério Público de Contas (MPC)	16
5. CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO	17
5.1 Gestão de Pessoas (SGP)	17
5.2 Gestão Educacional (ECP)	18
5.3 Gestão Orçamentária e Financeira (SFC)	20
5.4 Gestão da Tecnologia (SGTI)	22
6. AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO	31
6.1 Saúde	31
6.2 Educação	32
6.3 Meio Ambiente e Saneamento	32
6.4 Previdência	33
6.5 Contratações Governamentais	34
6.6 Contas Públicas	34
6.7 Parceria Público-Privada e Concessão	36
6.8 Obras Públicas	36



6.9 Políticas Públicas Integradas _____	37
7. ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS _____	38
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	40
9. ANEXO ÚNICO - ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL _____	42



1. APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 71, § 4º, da Constituição do Estado do Espírito Santo; artigo 2º, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual nº 621, de 8 de março de 2012 (Lei Orgânica do TCEES), e no artigo 2º, inciso IX, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (RITCEES), apresento a Assembleia Legislativa e ao cidadão capixaba, o Relatório Trimestral de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), que traz informações sobre os principais resultados decorrentes dos trabalhos exercidos pelo Tribunal no primeiro trimestre de 2026, bem como o registro das realizações mais relevantes durante esse período, no que se refere às ações de controle externo e à gestão administrativa da instituição.

2. GOVERNANÇA DO TCEES

2.1 Visão Geral Organizacional

A identidade organizacional do Tribunal de Contas é apresentada na Figura 1 a seguir:



Figura 1 – Identidade Organizacional.



A identidade do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) está alicerçada no fortalecimento da governança pública, na efetividade do controle externo e na promoção de valor público à sociedade capixaba. Instituído pela Lei nº 1.287, de 24 de setembro de 1957, o TCEES atua de forma técnica, independente e orientada ao interesse público, contribuindo para o aperfeiçoamento da administração pública estadual e municipal.

No exercício de suas competências constitucionais e autonomia institucional, nos termos artigo 71 da Constituição Federal, no artigo 71 da Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 621, de 8 de março de 2012, o Tribunal realiza a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, dos municípios e das entidades da administração direta e indireta, observando os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e transparência. Essa atuação fortalece os mecanismos de governança, amplia a qualidade do gasto público e induz à melhoria do desempenho das políticas públicas.

A estrutura organizacional da instituição é apresentada no Anexo Único, com o objetivo de proporcionar melhor compreensão de seu organograma institucional.

2.2 Planejamento Estratégico

A seguir na Figura 2 consta o Mapa Estratégico do TCEES:

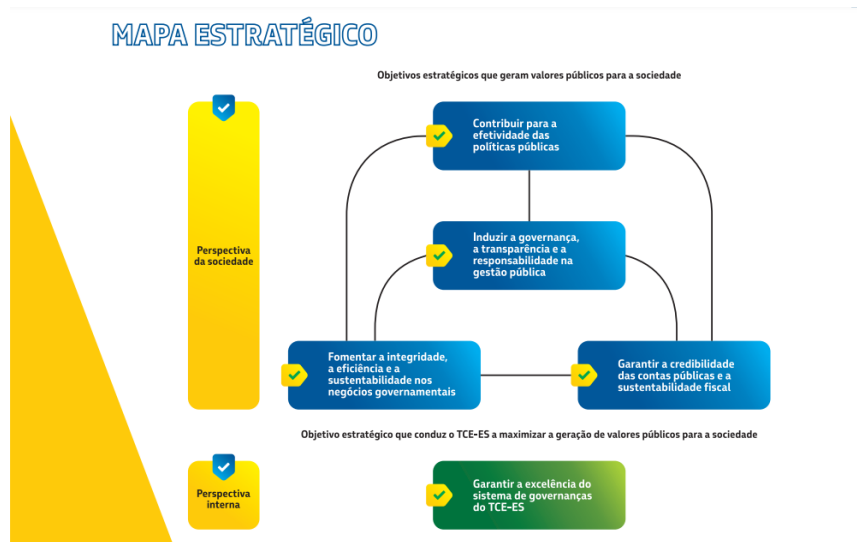


Figura 2 - Mapa Estratégico 2024 – 2037.

Fonte: Mapa Estratégico 2024 – 2037 do TCEES.

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) estruturou sua atuação com base no Plano Estratégico 2024–2037, instrumento que orienta a definição de prioridades institucionais e o alinhamento das ações às diretrizes de governança e às necessidades da sociedade.

No período, foram consolidados os objetivos estratégicos, considerando as perspectivas da sociedade e da governança interna, com vistas ao alcance da visão institucional de reconhecimento do Tribunal como agente estratégico para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Com o propósito de viabilizar o cumprimento desses objetivos estratégicos, o Tribunal elabora Planos Bienais, que estabelecem as metas a serem atingidas a cada biênio, considerando os critérios de relevância, risco, materialidade e oportunidade.

A Figura 3 apresenta as Diretrizes institucionais definidas para o Biênio 2026–2027.



DIRETRIZES PARA O BIÊNIO 2026-2027



As diretrizes estratégicas definidas para o biênio são: **(1) Gestão de Pessoas e Gestão de Carreiras; (2) Fiscalização Digital Integrada; e (3) Governança Organizacional Dialógica.**

Essas diretrizes constituem os pilares que orientam as prioridades institucionais no período, articulando-se de maneira complementar para promover avanços estruturais e sustentáveis. A Figura 1, a seguir, apresenta a relação entre essas diretrizes e sua atuação integrada com o Planejamento Estratégico Institucional.

Figura 3 – Diretrizes para o Biênio 2026-2027.

Fonte: Decisão Plenária 9/2026.

O Plano Bial 2026–2027 consolida os fundamentos da governança institucional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) para o período, orientando a atuação da gestão com base nos eixos estratégicos da inovação e do diálogo. A iniciativa foi desenvolvida no âmbito da governança institucional com o propósito de fortalecer a articulação entre liderança, estratégia e controle.

Nesse contexto, iniciou-se a adoção da metodologia Objectives and Key Results (OKR) como instrumento de apoio ao planejamento estratégico, com vistas à implementação de um modelo integrado, flexível e orientado a resultados. A aplicação da metodologia contribuiu para a definição de prioridades estratégicas, o alinhamento entre os objetivos institucionais e as ações executivas, bem como o acompanhamento sistemático do desempenho organizacional, reforçando os mecanismos de governança e controle.

O diálogo constituiu diretriz transversal em todo o processo de elaboração do Plano, assegurando a participação das unidades organizacionais e o compartilhamento de responsabilidades na formulação das diretrizes estratégicas. A construção do documento



ocorreu em duas etapas complementares: a realização de reuniões voltadas à definição das diretrizes estratégicas do biênio e a condução de oficinas colaborativas destinadas à estruturação das ambições estratégicas, dos objetivos institucionais e dos resultados-chave, em alinhamento às boas práticas de governança pública.

Destaca-se, nesse processo, a realização da Oficina de OKR (Objectives and Key Results), promovida por iniciativa da governança institucional com a finalidade de subsidiar a elaboração do Plano Bienal 2026–2027 do TCEES. A atividade possibilitou a aplicação prática da metodologia como ferramenta de governança ágil, contribuindo para a tradução da estratégia institucional em objetivos claros, mensuráveis e aderentes às prioridades organizacionais, além de favorecer a integração entre as áreas e o fortalecimento do foco em resultados de valor público.

2.3 Projetos Prioritários

Quanto aos Projetos Prioritários, foram aprovados os projetos a serem priorizados no exercício de 2026, conforme relacionados no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Projetos prioritários 2026

Nº	Unidade Patrocinadora	Projeto
1	Presidência / SGTI	Implementação da avaliação de desempenho com foco em competências (2026)
2	Procuradoria-Geral de Contas MPC / SGTI	Acompanhamento automatizado do débito
3	GCS Donato / SGTI	Minutas de votos em registro
4	Segex / SGTI	e-TCEES - Sistema Informatizado de Tomada de Contas Especiais (SISTCE)
5	Segafi/ SGTI	Projeto Modernização da SGP



Nº	Unidade Patrocinadora	Projeto
6	Segafi / SGTI	Processo de Gestão Administrativa (PGA) 2026
7	Segafi / SGTI	Sistema de Concessão de Diárias
8	Segex	Projeto Fiscalização Digital Integrada
9	Segex / SGTI	CidadES - Ambiente de análise de contas (2026)
10	Segex / SGTI	CidadES - Contas (2026)
11	Segex / SGTI	CidadES - Atos de Pessoal - Concessão (2026)
12	Segex / SGTI	CidadES - Contratação (2026)
13	Segex / SGTI	CidadES - Folha de Pagamento (2026)
14	Segex / SGTI	Painel de Acompanhamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) do Estado do Espírito Santo (2026)
15	Segex / SGTI	Painel de Monitoramento dos Planos Municipais de Saúde (2026)
16	Segex / SGTI	Painel Observatório do Saneamento Básico do Espírito Santo (2026)
17	Segex / SGTI	Painel de Instrumentos de Repasse às Entidades do 3º Setor
18	Segex / SGTI	Laudos da Educação Especial

Fonte: Decisão Plenária 8/2026.

3. APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES

3.1 Controle Interno (NCI)

No período, o Núcleo de Controle Interno elaborou o Plano Anual das Atividades de Controle Interno para 2026 (PAACI 2026), em atendimento ao disposto no art. 11, inciso XI, da Resolução TC nº 223/2010.



No âmbito das ações de auditoria de gestão, destacaram-se os procedimentos de acompanhamento das admissões de pessoal decorrentes de concurso público, com vistas à emissão de parecer do controle interno, contribuindo para a regularidade dos atos de gestão relacionados à área de pessoal.

Adicionalmente, realizou-se o acompanhamento concomitante da execução do Plano de Contratações Anual, no que se refere às contratações de bens e serviços, com vistas ao fortalecimento dos mecanismos de controle e à promoção da regularidade e da economicidade das contratações.

4. INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE

4.1 Gestão da Comunicação (Secom)

A Secretaria de Comunicação (Secom) promoveu a divulgação de conteúdos institucionais com foco no fortalecimento da transparência, na ampliação do acesso à informação e na aproximação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo com a sociedade. As matérias publicadas deram visibilidade às ações, projetos e posicionamentos institucionais, contribuindo para a disseminação de informações relevantes sobre a atuação do Tribunal e o cumprimento de sua missão constitucional.



Episódio do “É da Sua Conta” é com o presidente do TCE-ES, Luiz Carlos Ciciliotti

Vitoria Fernandes | 09/01/2026

O presidente ressaltou a importância da transparência no Tribunal e o avanço na inovação em tecnologia



📅 24 fevereiro 2026



Evento no dia 19 de março destacará o papel das ouvidorias como ferramenta de gestão. Inscreva-se!

Programação inclui palestras que reforçam a importância da escuta ativa na gestão pública



Tribunal lança normativa regulamentando análise em processos de desestatização

Giordany Bozzato Soave | 15/01/2026

O documento destaca uma série de documentos que as unidades gestoras deverão enviar ao Tribunal



Enfoc inicia capacitações de 2026 com Trilhas Prioritárias voltadas a servidores públicos

📅 11/03/2026

Treinamentos ocorrerão entre os dias 16 de março e 7 de abril, no auditório do TCE-ES, em Vitória

No Quadro 2, apresentam-se as principais atividades de comunicação desenvolvidas no primeiro trimestre de 2026.



Quadro 2 – Principais atividades da comunicação – 1º Trimestre de 2026

Principais atividades de comunicação	1º trimestre de 2026
Nº de atendimento de demandas de imprensa	14
Nº de entrevistas coletivas	0
Nº de <i>releases/notas/artigos</i> enviados à imprensa	9
Número de notícias publicadas em veículos de imprensa	318
Valoração do espaço conquistado em mídia espontânea	R\$ 4.204.042,10
Nº de notícias inseridas no Portal TCEES	104
Vídeos pós-produzidos	41
Eventos fotografados	43
Nº de postagens em redes sociais (posts e stories)	251
Nº de visualizações em redes sociais	1.311.414
Nº e vídeos postados (Facebook e Instagram)	25
Nº de campanhas internas realizadas	1 (dia da mulher)
Nº de peças gráficas (para todas as mídias/publicações)	0

Fonte: SECOM.

A Secom desenvolveu ações estratégicas de comunicação institucional, com destaque para a divulgação de conteúdos no Portal do TCEES e para a atuação intensiva nas redes sociais.

Para abertura do exercício, a Secretaria de Comunicação produziu um novo vídeo institucional, com o objetivo de destacar os resultados alcançados em 2025, especialmente no que se refere ao quantitativo de processos julgados e ao tempo médio para conclusão dos julgamentos.

A produção utilizou recursos gráficos para enfatizar os números apresentados, imagens de períodos anteriores para fins de comparação histórica, além de texto em linguagem acessível e edição dinâmica. O vídeo foi utilizado na abertura das Sessões, divulgado nas redes sociais, exibido em eventos institucionais e veiculado na TVE, no programa “É da Sua Conta”, produzido pela Secom deste Tribunal.

Em celebração ao Dia Internacional da Mulher, a Secretaria de Comunicação desenvolveu a campanha “Entre Fases”, com o objetivo de abordar os desafios e as potencialidades de cada etapa da vida feminina, promovendo a informação, a quebra de tabus e o fortalecimento do diálogo dentro e fora do ambiente de trabalho.



A campanha contemplou a criação de identidade visual própria; a concepção, realização e produção de um evento institucional — uma roda de conversa voltada às mulheres do TCEES; o desenvolvimento de brinde alusivo ao tema; a produção de matérias informativas na Intranet; e a elaboração de vídeo institucional, divulgado nas redes sociais do Tribunal no dia 8 de março.

A Secretaria de Comunicação participou da programação do Enfoc – Trilhas Prioritárias 2026, contribuindo com ações de capacitação voltadas ao fortalecimento da comunicação pública nos órgãos jurisdicionados. No âmbito da iniciativa, foram ofertados dois cursos: “Como gerar pautas positivas a partir de informações do TCE-ES” e “Audiovisual na Comunicação Pública: produção, estratégia e engajamento”.

As capacitações abordaram, de forma prática e estratégica, o uso de dados e informações produzidos pelo Tribunal como insumo para a geração de conteúdo institucional relevante, bem como técnicas voltadas à qualificação da produção audiovisual no setor público.

4.2 Ouvidoria

A Ouvidoria configura-se como canal essencial para o fortalecimento da transparência, da participação social e da eficiência na Administração Pública.

Os canais de atendimento da Ouvidoria estão disponíveis a todos os cidadãos, entidades e agentes públicos. Por meio desses canais, é possível manifestar opiniões sobre os serviços prestados pelo TCEES, obter informações acerca de processos e documentos em tramitação, solicitar esclarecimentos, comunicar possíveis irregularidades no âmbito da administração pública estadual ou municipal, bem como registrar sugestões, elogios ou reclamações.

As demandas recebidas e atendidas no período estão apresentadas, respectivamente, no Quadro 3 – Demandas Recebidas e no Quadro 4 – Demandas Atendidas.



Quadro 3 – Demandas Recebidas

Descrição	Quantidade
Total de registros de demandas	481
Demandas típicas	455
Pedidos de acesso à informação	26

Fonte: Ouvidoria.

Quadro 4 - Demandas Atendidas

Descrição	Quantidade / Percentual
Manifestações atendidas no prazo	472
Percentual de atendimento no prazo	100%

Fonte: Ouvidoria.

No período analisado, o principal meio utilizado pela população para o envio de manifestações foi o sistema “Conta pra gente”, que registrou o recebimento de 348 manifestações, correspondendo a 72% do total de manifestações recebidas, conforme demonstrado na Figura 4.

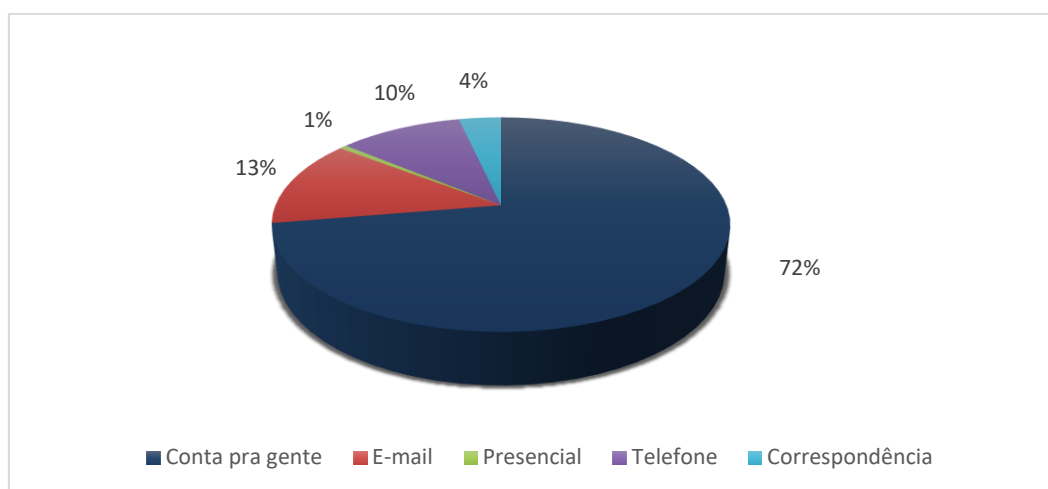


Figura 4 - Canal mais utilizado pela população.

Fonte: Ouvidoria.

Obs: Incluído como correspondência os ofícios do Ministério Público e outros órgãos protocolados no NCD.



Em comparação com o mesmo período do exercício anterior, correspondente ao primeiro trimestre de 2025, observou-se um aumento na produtividade da Ouvidoria. O número de manifestações atendidas passou de 385 no primeiro trimestre de 2025 para 472 no primeiro trimestre de 2026, o que representa um crescimento de 22,6% no período analisado.

4.3 Ministério Público de Contas (MPC)

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) é órgão autônomo e independente, com a finalidade de defender a ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de despesas públicas, bem como atuando no monitoramento e no acompanhamento das cobranças decorrentes das sanções aplicadas pelo Tribunal.

No trimestre, foram distribuídos 3.906 processos ao MPC, no âmbito dos quais foram emitidos 1.327 pareceres como demonstrado no Quadro 5.

Quadro 5 – Acompanhamento de Processos do MPC – 1º Trimestre de 2026

Acompanhamento	1º trimestre 2026
Nº de processos distribuídos	3906
Nº de pareceres emitidos	1327
Nº de termos de atualização de valores a cobrar	16
Nº de termos de verificação de valores pagos	25
Nº de novas cobranças cadastradas no sistema	17

Fonte: SMPC.



5. CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas (SGP)

A Secretaria de Gestão de Pessoas deu início ao projeto de modernização previsto no Plano Bienal 2026–2027, com foco na revisão de fluxos de trabalho, na automatização de rotinas, no aprimoramento de sistemas de apoio e no fortalecimento da gestão administrativa de pessoal. As ações vêm sendo conduzidas de forma integrada com a Secretaria de Gestão de Tecnologia da Informação, contribuindo para o incremento da eficiência operacional, da padronização e da transformação digital dos processos internos do Tribunal.

No período, foi implantado o módulo de férias no sistema e-TCEES, desenvolvido a partir de demanda da SGP, e realizados testes em ambiente de homologação, com vistas à futura operacionalização da ferramenta. A medida amplia a digitalização dos procedimentos relacionados à fruição, à interrupção e à transferência de férias, com potencial de racionalização dos controles administrativos.

Também se destacou a atualização das regras de concessão do auxílio-saúde, em decorrência da aprovação da Resolução nº 398/2026, com reajuste de valores e ampliação das hipóteses de ressarcimento. Sua implementação demandou a adequação de formulários eletrônicos, planilhas de controle e ações de comunicação interna.

No mesmo contexto, avançaram a reestruturação das carreiras de Auditor de Controle Externo e de Analista Administrativo, a revisão dos critérios de bonificação por desempenho e a implantação do ciclo decenal de desenvolvimento funcional, com vistas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo e da progressão funcional.

Destacaram-se, ainda, ações voltadas ao aprimoramento da infraestrutura física e logística, à capacitação de servidores, à gestão de contratos essenciais e à padronização de instrumentos administrativos. Nesse âmbito, merece registro a capacitação em gestão e fiscalização de contratos administrativos, que contou com ampla adesão e contribuiu para o fortalecimento da qualificação técnica das equipes, da conformidade administrativa e da efetividade da gestão contratual.



A disposição do quadro de pessoal está representada na Figura 5.



Figura 5 – Quadro de Pessoal TCEES.

Fonte: sistema e-tcees. Acesso em 15 abr. 2026.

5.2 Gestão Educacional (ECP)

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), com o objetivo de promover o aperfeiçoamento contínuo das competências e habilidades de seus servidores, estagiários, jurisdicionados e cidadãos, realiza cursos de capacitação ofertados gratuitamente por meio da Escola de Contas Públicas (ECP).

No Quadro 6, são apresentados os dados que evidenciam a abrangência dos cursos de capacitação promovidos pela Escola de Contas Públicas (ECP) no período analisado, bem como os resultados alcançados em termos de capacitação.



Quadro 6 – Resultados da capacitação (1º trimestre 2026)

Resultados da capacitação	1º Trimestre 2026
Eventos	44
Eventos para servidores do TCEES	30
Interno (promovido pelo TCEES)	7
Externo (promovido por outras instituições)	23
Iniciativa do servidor	0
Outros eventos	0
Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	14
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	0
Pessoas capacitadas	1433
Servidores e membros do TCEES	196
Jurisdicionados (Presencial)	1175
Jurisdicionados (EAD)	62
Horas de capacitação	513:00:00
Servidores e membros do TCEES	396:00:00
Jurisdicionados (Presencial)	96:00:00
Jurisdicionados (EAD)	21:00:00

Fonte: ECP.

No período analisado, destacaram-se o Curso de Gestão e Elaboração de Projetos e a Oficina de OKR, por sua contribuição ao fortalecimento das capacidades técnicas e gerenciais dos participantes.

O Curso de Gestão e Elaboração de Projetos teve como foco o desenvolvimento de competências relacionadas à concepção, à gestão e à elaboração de projetos, com metodologia baseada na articulação entre conteúdo técnico e demandas práticas.



A Oficina de OKR teve como objetivo capacitar os participantes para a implementação da metodologia *Objectives and Key Results* (OKR), com vistas ao monitoramento dos resultados previstos no Plano de Gestão 2026–2027.

Destaca-se a realização do Dia da Ouvidoria 2026, evento que marcou a abertura do calendário educacional direcionado aos jurisdicionados, com foco na promoção da transparência, do diálogo institucional e do fortalecimento dos canais de participação cidadã.

5.3 Gestão Orçamentária e Financeira (SFC)

A Figura 6 apresenta a execução orçamentária ocorrida no primeiro trimestre de 2026.

Execução Orçamentária:

Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	207.800.805,00	215.812.117,00	189.102.050,63	51.725.374,01	51.145.652,46
Pessoal	158.233.276,00	166.244.588,00	156.696.963,39	45.055.119,20	44.501.848,97
Pessoal - Ativo	158.233.276,00	166.244.588,00	156.696.963,39	45.055.119,20	44.501.848,97
Outras despesas (custeio)	49.567.529,00	49.567.529,00	32.405.087,24	6.670.254,81	6.643.803,49
Despesas de capital (Investimento)	1.966.600,00	1.966.600,00	39.430,80	6.209,80	614,80
Total Geral	209.767.405,00	217.778.717,00	189.141.541,43	51.731.583,81	51.146.267,26

⁽¹⁾ Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

Figura 6 - Execução Orçamentária.

Fonte: SEGAFI.

Ao final do primeiro trimestre de 2026, a dotação orçamentária atualizada alcançou o montante de R\$ 217.778.717,00, com despesa empenhada de R\$ 189.141.541,43, despesa liquidada de R\$ 51.731.583,81 e despesa paga de R\$ 51.146.267,26.



Também podem ser observadas graficamente a distribuição percentual do orçamento autorizado e da despesa liquidada, ambos classificados por grupo de natureza da despesa no primeiro trimestre de 2026, conforme Figuras 7 e 8.



Figura 7 - Distribuição percentual do orçamento autorizado.

Fonte: SEGAFI.



Figura 8 - Distribuição percentual da despesa liquidada.

Fonte: SEGAFI.



5.4 Gestão da Tecnologia (SGTI)

As principais frentes de trabalho em Tecnologia da Informação, estão apresentadas na Figura 9 abaixo:



Figura 9 – Principais frentes de trabalho em Tecnologia da Informação. Fonte: SGTI, disponível em <https://www.tcees.tc.br/intranet/sgti/apresentacao/a-sgti/#>. Acesso 23 mar. 2026.

O sistema CidadES funciona como instrumento de comunicação com os jurisdicionados, promovendo o envio de orientações técnicas destinadas à correção de inconsistências e não conformidades identificadas de forma recorrente nas remessas mensais, contribuindo para o aprimoramento da qualidade das informações prestadas e para o fortalecimento do controle preventivo.

O Painel de Controle se apresenta como uma plataforma que permite a disponibilização e a gestão das informações atualizadas, nas mais diversas áreas especializadas, tal como apresentada na Figura 10 abaixo:



MUNICÍPIOS



ESTADO

ÁREAS TEMÁTICAS



OUTRAS OPÇÕES

Figura 10 – Informações disponíveis no Painel de Controle. Fonte: <https://paineldecontrole.tcees.tc.br/>. Acesso em 23 mar. 2026.

O Quadro 7 abaixo demonstra a evolução na área de tecnologia da informação no primeiro trimestre de 2026:

Quadro 7 – Evolução da área da Tecnologia da Informação

Evolução da Tecnologia da Informação	1º trimestre 2026
Estações de trabalho	804
Servidores com acesso aos recursos da rede	606
Número de chamados resolvidos no período	1861
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	4
Sistemas em funcionamento	99
Desenvolvidos pela STI	84
Adquiridos de terceiros	15

Fonte: SGTI.



A Figura 11 abaixo apresenta os sistemas implantados e em desenvolvimento na área de tecnologia da informação:

Sistemas implantados

99

Em desenvolvimento

4

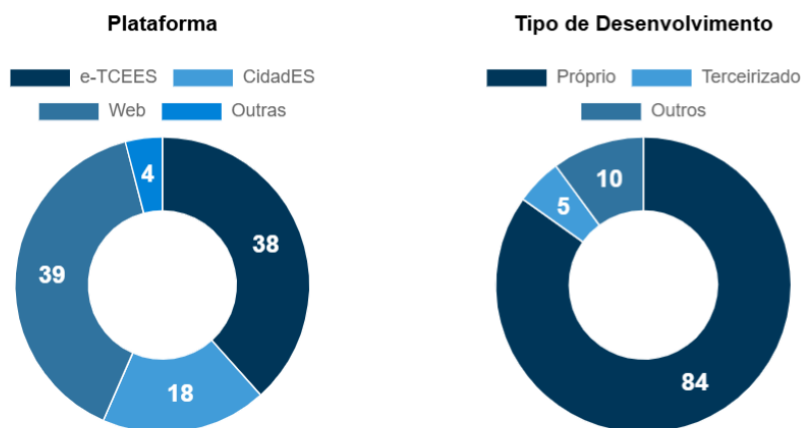


Figura 11 – Sistemas de TI implantados e em implantação. Fonte: <https://www.tcees.tc.br/intranet/sgti/catalogo-de-servicos/servicos-implantados/>. Acesso em 23 mar. 2026.

Dentre os sistemas que estão em funcionamento, destacam-se os que dão suporte ao controle externo, conforme dispostos no Quadro 8.

Quadro 8 - Sistemas de Suporte ao Controle Externo

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Acompanhamento de Execuções (Cobranças)	Módulo do e-TCEES que visa apoiar a Secretaria do Ministério Público Especial de Contas (SMPC) na gestão de multas e ressarcimentos relativos a jurisdicionados, decorrentes de processos julgados no TCEES.
Ambiente de análise de contas	Módulo desenvolvido para que os auditores realizem análises sobre as remessas de prestação de contas enviadas pelos Jurisdicionados através do CidadES.



Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Análise de Seletividade	O módulo Análise e Seletividade tem o objetivo de avaliar as denúncias e representações recebidas pelo TCE-ES que terão o prosseguimento da instrução processual, uma vez que a informação de irregularidade alcançar a pontuação mínima na análise de seletividade e for constatada a oportunidade da execução da ação de controle.
Apreciação automatizada dos atos de pessoal sujeito a registro	Funcionalidade dos sistemas CidadES e e-TCEES voltada à operacionalização da apreciação automatizada, conforme previsto na Resolução nº 390/2025. Essa funcionalidade proporciona maior celeridade na análise dos atos de pessoal enviados por meio do sistema CidadES, permitindo que o sistema realize verificações automáticas e agilize o processamento das informações. A ferramenta possibilita que a área técnica, Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Procuradores de Contas autuem os processos que considerarem necessários. Ao final do fluxo, as certidões de registro são geradas automaticamente e publicadas no Diário Oficial de Contas.
Avaliação de Tarefas	Módulo do e-TCEES que permite que algumas peças produzidas, nos processos de controle externo, sejam avaliadas pelos gestores das áreas técnicas. A avaliação abrange diversos aspectos, tais como concisão, objetividade e cumprimento de prazo.
Banco de achados	É uma plataforma para publicação, revisão e atualização de achados padrões de auditoria e contas.
Certidão para Contratação de Operações de Crédito	Módulo do sistema CidadES que possibilita os jurisdicionados do TCE-ES emitirem, por meio



Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
	eletrônico, a Certidão para Contratação de Operações de Crédito (COC)
diárioBOT	O diárioBOT é um robô que coleta publicações do Diário Oficial do Espírito Santo e do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo e utiliza inteligência artificial a fim de tentar prever a qual tema cada publicação pertence, conforme as especialidades das unidades técnicas do TCE-ES.
Funcionalidade de Validação de envio das remessas do CidadES	Funcionalidade da plataforma CidadES que possibilita os jurisdicionados testarem o envio das remessas dos diversos módulos do CidadES, em caráter experimental, sem recebimento oficial.
Gestão das Sessões Plenárias	Módulo do e-TCEES que permite a gestão de informações das sessões plenárias e das câmaras do Tribunal, incluindo pautas, deliberações, dentre outros.
Gestão de Acompanhamento do MMD	Gestão do painel do e-TCEES que exibe a avaliação do TCE-ES frente aos Marcos de Medição de Desempenho (MMD), definidos pela ATRICON. Estão disponíveis as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Gráfico sintético: compara-se a avaliação realizada pela ATRICON em 2019, a média nacional e a atual avaliação realizada pela ASGOV;• Quadro Analítico: exibe-se as notas obtidas em cada marco de medição.
Gestão de Enquetes	Serviço que possibilita criação, edição e manutenção de enquetes eletrônicas.
Gestão de Procuradoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento dos procuradores do MPC associados aos processos, por meio de cadastro de sorteio automático e demais eventos de



Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
	alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
Gestão de Relatoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento das relatorias de processos, através da funcionalidade de sorteio de relatoria e cadastros de eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
Instrução Assistida	Funcionalidade do e-TCEES para otimização da elaboração de peças técnicas no âmbito da Secex Fiscalizações por meio da automatização de templates.
Monitoramento de Deliberações	Módulo do e-TCEES que permite o monitoramento de deliberações de processos e acesso às providências cadastradas.
NF-e Públicas	Este painel apresenta informações relativas às notas fiscais das compras públicas que foram realizadas no estado do Espírito Santo. Os dados utilizados são obtidos através de um convênio do TCE-ES com a SEFAZ-ES.
PACE – Plano Anual de Controle Externo	Módulo do e-TCEES que oferece apoio ao planejamento e criação do Plano Anual de Controle Externo (PACE)
Painéis de Gestão	Módulo do e-TCEES que disponibiliza diversos painéis de gestão com indicadores visuais. Estão disponíveis os seguintes painéis de gestão: <ul style="list-style-type: none">• Meu setor<ul style="list-style-type: none">• Mesa• Visão Geral• Planejamento• Fiscalizações• Processos



Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
	<ul style="list-style-type: none">• Tarefas• Desempenho• Colaboradores• Custos e benefícios• Observatório<ul style="list-style-type: none">• Cumprimento Resolução 300 e MMD• Prazos para julgamento• Prazos no setor• Prazos de tarefas• Tempo no setor• Controle externo<ul style="list-style-type: none">• Prioritários• Visão geral• Fiscalizações• Benefícios• Sessões• Deliberação• Ouvidoria• Sobrestados• Administrativo<ul style="list-style-type: none">• Execução orçamentária• Gestão do orçamento• Recursos Humanos• MMD• Processos



Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
	<ul style="list-style-type: none">• Planejamento• Prazos por processo <p>Gradativamente estão sendo desenvolvidos novos painéis de gestão.</p>
Painéis de Projeções	Serviço de previsão e acompanhamento da evolução dos gastos com pessoal e RCL Ajustada do Estado e municípios, bem como monitoramento da conformidade com os limites estabelecidos na LRF.
Portal de Análise de Dados	O painel de análise de dados possui ferramentas e informações para apoiar na análise de dados nas bases do TCEES e permitir que os próprios servidores possam, de forma independente, construir as consultas e painéis de que necessitam.
Prestação de Contas Anual	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Anual (PCA).
Prestação de Contas Mensal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Mensal (PCM).
Processo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite a gestão dos processos eletrônicos de controle externo e administrativos, abrangendo sua autuação, tramitação, gestão de documentos e arquivamento.
Protocolo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite aos servidores do TCEES o gerenciamento de protocolo eletrônico, incluindo sua criação, movimentação e outras ações.



Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Publicação Demonstrativos Fiscais	A Publicação de Demonstrativos Fiscais é utilizado principalmente pelo setor NGF, na busca de publicações do Diário Oficial do Estado e do Diário Oficial dos Municípios que contenham informações sobre os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO.
Sistema de Atos de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs), que realizam concurso público para provimento de pessoal, remeter digitalmente ao TCEES informações relativas à admissão de pessoal para cargos e empregos públicos.
Sistema de Benefícios	Módulo do e-TCEES que permite o cadastro e gestão dos benefícios advindos das ações de controle externo tomadas pelo TCEES.
Sistema de Comunicação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita que os servidores cadastrados como responsáveis no CidadES visualizem, respondam ou tomem ciência das comunicações encaminhadas pelo TCE-ES.
Sistema de Concessão de Benefícios	Módulo da plataforma CidadES , que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados dos atos de concessão de benefícios de aposentadoria, reforma e reserva, cuja data de expedição ou do trânsito em julgado (no caso de concessão decorrente de decisão judicial) ocorreu a partir de 1º de julho de 2022.
Sistema de Contas Julgadas	O Parecer Prévio emitido pelo TCE-ES sobre as contas anuais prestadas pelos chefes do Poder Executivo Municipal é encaminhado ao Poder Legislativo Municipal para, mediante o mesmo, proceder o julgamento das contas do Prefeito.
Sistema de Contratação	Envio de informações sobre contratações em geral nas Unidades Gestoras.



Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema de Estrutura de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes aos cargos, empregos e funções públicas, ou outros tipos de vínculos com a administração pública capixaba.
Sistema de Fiscalização	Módulo do e-TCEES que oferece apoio às atividades de fiscalização realizadas pelos auditores do Tribunal.
Sistema de Folha de Pagamento	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Folha de Pagamento.
Sistema de Indícios	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos servidores do TCEES a gestão (identificação, submissão, análise e encaminhamento da resposta) de possíveis problemas/acompanhamentos identificados em processos de controle externo, trilhas de auditoria, denúncias, entre outros.

Fonte: SGTI.

6. AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

6.1 Saúde

No âmbito da área da Saúde, realizou-se auditoria operacional destinada à avaliação do desempenho da gestão, com ênfase na aplicação dos recursos, nos processos assistenciais e na qualidade dos serviços ofertados. O trabalho examinou a adequação dos mecanismos de gestão e a aderência das práticas institucionais aos princípios da eficiência, da economicidade e da efetividade, gerando subsídios para o aprimoramento da atuação administrativa.



Também foi realizada auditoria operacional nas unidades de pronto atendimento não hospitalares, com foco na verificação da infraestrutura, da força de trabalho e da assistência prestada. A fiscalização abrangeu as condições operacionais das unidades, a suficiência de profissionais, a disponibilidade de equipamentos e insumos e a conformidade dos serviços com os parâmetros normativos aplicáveis, contribuindo para a qualificação da gestão e do atendimento prestado.

6.2 Educação

Na área da Educação, foi realizada fiscalização, por meio de monitoramento, com o objetivo de acompanhar o cumprimento das recomendações decorrentes da Auditoria Operacional da Educação para as Relações Étnico-Raciais (AOpErer). O trabalho concentrou-se na análise das medidas implementadas, com vistas à verificação dos avanços obtidos na execução das recomendações voltadas à promoção da educação para as relações étnico-raciais.

Ainda no campo educacional, foi conduzida auditoria operacional destinada a avaliar os fatores associados ao desempenho dos alunos das escolas públicas municipais no processo de alfabetização. A fiscalização buscou identificar os elementos que influenciam os resultados educacionais, de modo a subsidiar o aprimoramento das políticas públicas, das práticas de gestão e das ações voltadas à garantia da aprendizagem.

6.3 Meio Ambiente e Saneamento

No período, foi realizado levantamento com o objetivo de coletar e sistematizar informações relativas à qualidade do ar, com vistas à consolidação de dados e evidências capazes de subsidiar a avaliação das ações adotadas e apoiar futuras iniciativas de controle externo na matéria.

Foi realizada, ainda, inspeção destinada à apuração de responsabilidades relacionadas a indícios de contaminação de praias decorrentes do lançamento de efluentes pelo sistema de drenagem pluvial. A atuação possibilitou reunir elementos técnicos relevantes para subsidiar os encaminhamentos pertinentes no âmbito do controle externo.



No campo dos recursos hídricos, foi conduzido acompanhamento com o objetivo de verificar o desempenho da implementação da política estadual de recursos hídricos frente aos riscos de escassez hídrica. O trabalho concentrou-se na análise das medidas adotadas para a gestão da disponibilidade hídrica.

Também foi realizado acompanhamento da implementação da política estadual de mudanças climáticas, com foco na governança climática, nas ações de adaptação e mitigação e nos mecanismos de financiamento climático, de modo a subsidiar a avaliação da estrutura institucional e das iniciativas desenvolvidas.

De forma complementar, foi promovido acompanhamento da implementação da política municipal de mudanças climáticas, com ênfase nos eixos de governança climática, adaptação, mitigação e financiamento climático, contribuindo para a compreensão do estágio de estruturação das ações voltadas ao enfrentamento dos efeitos da mudança do clima.

No que se refere ao saneamento básico, foi realizado acompanhamento destinado a avaliar o desempenho dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, considerados os índices de atendimento, os investimentos realizados e a eficiência do sistema de abastecimento de água.

Por fim, foi realizada auditoria de conformidade com o objetivo de verificar a regularidade da prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. O trabalho examinou a conformidade dos serviços com a legislação aplicável, a partir de abordagem baseada em risco, e gerou subsídios para o aperfeiçoamento da gestão, o fortalecimento dos controles operacionais e a qualificação dos serviços prestados.

6.4 Previdência

No âmbito da gestão previdenciária, foram elaborados relatórios técnicos de análise no contexto de atividade de acompanhamento voltada à avaliação da conformidade das avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social. A atuação teve por objetivo examinar a adequação técnica e normativa dos estudos atuariais realizados por dez regimes próprios de previdência social de municípios do Estado do Espírito Santo.



O trabalho concentrou-se na verificação da observância às normas legais e infralegais aplicáveis, bem como na análise da consistência das premissas adotadas, da metodologia empregada e dos resultados apresentados. As análises produzidas geraram subsídios ao exercício do controle externo quanto à regularidade da gestão previdenciária municipal e contribuíram para o aperfeiçoamento da governança e para o fortalecimento do equilíbrio dos regimes próprios de previdência social.

6.5 Contratações Governamentais

No âmbito das Contratações Governamentais, foi realizada auditoria de conformidade com o objetivo de verificar, sob os aspectos da legalidade, da economicidade e da adequada execução contratual, os contratos de bens e serviços de tecnologia da informação. A fiscalização contemplou a análise da conformidade dos procedimentos adotados com a legislação vigente, da adequação dos objetos contratados às necessidades institucionais e da correta aplicação dos recursos públicos, gerando subsídios para o aperfeiçoamento da gestão contratual e o fortalecimento dos controles administrativos.

6.6 Contas Públicas

No período, foi realizado levantamento com o objetivo de verificar a adoção, pelos municípios, de procedimentos contábeis patrimoniais aderentes às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e à legislação pertinente, no que se refere aos registros relacionados à execução de contratos de gerenciamento de combustíveis. A atividade gerou subsídios relevantes para futuras ações de controle relacionadas às prestações de contas.

Ainda no âmbito das atividades contábeis, foi realizado o recebimento automatizado das prestações de contas, compreendendo as remessas finais da Prestação de Contas Mensal e da Prestação de Contas Anual relativas ao exercício de 2025, bem como as remessas iniciais da Prestação de Contas Mensal de 2026. Também foram gerados e disponibilizados, nos sistemas CidadES e Painel de Controle, os demonstrativos e as



informações correspondentes, assegurando acesso tempestivo aos dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Foram, ainda, elaboradas manifestações técnicas sobre aspectos contábeis, orçamentários e financeiros suscitados em recursos e sustentações orais de defesa apresentados no âmbito das Prestações de Contas Anuais de Prefeito, nos temas afetos à competência da unidade técnica. A atuação contribuiu para o adequado assessoramento técnico às deliberações do Tribunal.

No mesmo período, teve prosseguimento a instrução das Prestações de Contas Anuais dos Chefes dos Poderes Legislativos Municipais, dos Chefes dos Poderes no âmbito estadual e dos demais gestores municipais e estaduais, consórcios, empresas e fundações, relativas ao exercício de 2024.

Também foi realizada auditoria de conformidade com o objetivo de fiscalizar a gestão dos tributos, com foco na previsão e na efetiva arrecadação das receitas. Ademais, foi conduzido acompanhamento destinado a examinar a execução do aporte recebido, no exercício de 2025, para cobertura de insuficiência financeira do Regime Próprio de Previdência Social, com análise de seus reflexos na apuração do limite da Despesa Total com Pessoal.

Adicionalmente, foi concluída a Instrução Técnica Inicial, consubstanciada nos Relatórios Técnicos de Contas, dos processos de Prestações de Contas Anuais dos Chefes do Poder Executivo Municipal e das Câmaras Municipais, referentes ao exercício de 2025. A atividade contribuiu para o regular processamento das contas e para o fortalecimento da análise técnica no âmbito do controle externo.

Por fim, foram realizados, de forma contínua, acompanhamentos da gestão fiscal dos entes jurisdicionados, com ênfase na emissão, homologação e divulgação dos alertas previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. As atividades compreenderam o monitoramento da emissão automatizada dos alertas por meio do sistema CidadES, a autorização de sua publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas, a homologação dos dados da gestão fiscal para o Painel de Controle do Estado e o



subsídio à elaboração do Boletim Mensal da Macrogestão, reforçando a transparência e a tempestividade das informações disponibilizadas.

6.7 Parceria Público-Privada e Concessão

No contexto da atuação em infraestrutura e serviços públicos, foi realizado acompanhamento com o objetivo de analisar, de forma concomitante, o processo licitatório destinado à contratação de Parceria Público-Privada para a prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos. O trabalho concentrou-se na verificação da regularidade do procedimento, da adequação da modelagem adotada e da observância às normas legais e regulamentares aplicáveis, contribuindo para a mitigação de riscos e para a qualificação da contratação.

Também foi conduzido acompanhamento de processo contratual relacionado a Parceria Público-Privada, com foco na análise da conformidade dos atos administrativos praticados e da compatibilidade das condições contratuais com o interesse público e com os princípios da economicidade e da eficiência. A atuação gerou subsídios para o fortalecimento da gestão contratual e da segurança jurídica do ajuste.

Adicionalmente, foi realizada auditoria de conformidade voltada à verificação da regularidade da execução do contrato de concessão do serviço de transporte coletivo de passageiros. A fiscalização abrangeu o cumprimento das cláusulas contratuais, a adequação da prestação do serviço e a eventual existência de subsídio tarifário, considerados seus reflexos financeiros e a sustentabilidade do sistema, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão e para a qualificação do serviço prestado.

6.8 Obras Públicas

No período, foi conduzida auditoria de conformidade com o objetivo de avaliar a regularidade e a economicidade das contratações de serviços de medicina e segurança do trabalho nos municípios do Estado do Espírito Santo. O trabalho contemplou a análise da aderência dos processos licitatórios à legislação vigente, da vantajosidade dos preços contratados e da efetividade dos serviços prestados, considerados seus reflexos no atendimento às normas de saúde e segurança ocupacional.



Adicionalmente, foi realizada inspeção destinada a verificar a existência de planejamento de manutenção das pontes sob gestão municipal, em conformidade com a ABNT NBR 9452:2023. A atuação possibilitou reunir elementos técnicos relevantes para subsidiar a avaliação das práticas adotadas e contribuir para o aperfeiçoamento da gestão da infraestrutura viária.

Também foi conduzida auditoria de conformidade voltada à fiscalização de processo licitatório relativo a obras rodoviárias. A atuação concentrou-se na análise da regularidade do procedimento, da observância às normas aplicáveis e da adequação dos atos praticados às exigências legais e técnicas, gerando subsídios para o fortalecimento da segurança jurídica e da qualidade das contratações.

Por fim, foi realizada auditoria de conformidade destinada à fiscalização de contratos de gestão e de assessoria. O trabalho teve por objetivo verificar a conformidade da execução contratual, a aderência aos instrumentos firmados e a adequada utilização dos recursos públicos, contribuindo para o aprimoramento da gestão e da governança na execução de obras e serviços de engenharia.

6.9 Políticas Públicas Integradas

No período, foi realizado levantamento com o objetivo de avaliar a maturidade da governança para a implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O trabalho concentrou-se na análise do nível de institucionalização, coordenação, monitoramento e avaliação das ações governamentais relacionadas ao tema, gerando subsídios para futuras iniciativas de controle e para o fortalecimento do alinhamento das políticas públicas às diretrizes do desenvolvimento sustentável.

No mesmo período, a Secretaria de Controle Externo de Políticas Sociais atuou na elaboração dos capítulos referentes às áreas de Assistência Social e Segurança Pública. A atividade contribuiu para a qualificação da análise técnica da execução das políticas públicas estaduais.

No campo das auditorias operacionais, destacou-se a auditoria destinada a avaliar as ações implementadas no âmbito da Proteção Social Básica, com foco no enfrentamento



da pobreza, no período de 2023 a 2025. O trabalho concentrou-se na análise da efetividade das políticas públicas municipais e da adequação das estratégias adotadas para o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social, produzindo subsídios para o aprimoramento das ações governamentais.

Adicionalmente, foi conduzida auditoria operacional com o objetivo de avaliar a eficácia das gestões municipal e estadual na implementação das ações previstas nos programas de visitas domiciliares no âmbito da Estratégia de Saúde da Família e do Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz. A fiscalização contemplou, ainda, a análise da articulação intersetorial com as políticas de saúde, educação e assistência social, considerando a integração das ações voltadas à primeira infância e contribuindo para o aperfeiçoamento da atuação governamental nesse campo.

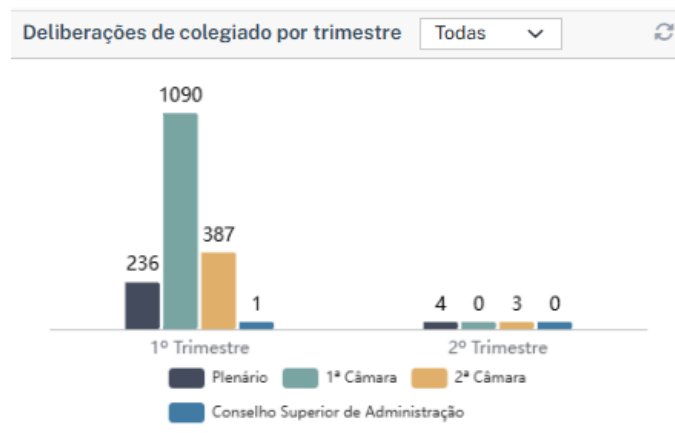
7. ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS

O Plenário é constituído por sete conselheiros, dirigido pelo conselheiro presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de decisões, emendas, instruções normativas, resoluções, acórdãos, pareceres prévios e consultas.

O Plenário, as Câmaras do Tribunal — estas compostas, cada uma, por três conselheiros e três conselheiros substitutos — e o Conselho Superior de Administração produziram, de forma conjunta, o quantitativo de apreciações e julgamentos apresentado no Gráfico 1.



Gráfico 1 – Deliberações de colegiado – 1º trimestre de 2026



Fonte: Sistema e-tcees. Acesso em: 8 abr. 2026.

Evidencia-se desempenho expressivo do Tribunal no primeiro trimestre, com elevado volume de deliberações realizadas pelos órgãos colegiados, demonstrando a efetividade da atuação jurisdicional e administrativa no período.

As Câmaras apresentaram elevado quantitativo de apreciações e julgamentos, refletindo elevada produtividade no processamento e na análise das matérias submetidas à apreciação do Tribunal.

O Plenário também apresentou desempenho relevante, com 236 deliberações, refletindo sua atuação em processos de maior complexidade ou relevância institucional. O Conselho Superior de Administração, por sua vez, registrou 1 deliberação no trimestre, resultado compatível com a natureza específica de suas atribuições.

De forma geral, os resultados demonstram capacidade operacional adequada, regularidade no funcionamento dos colegiados e contribuição efetiva para o cumprimento da missão institucional do TCEES, especialmente no que se refere à apreciação tempestiva das matérias de sua competência.



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Atividades referente ao primeiro trimestre de 2026 evidencia a atuação consistente e articulada do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no cumprimento de sua missão institucional, com destaque para as ações desenvolvidas nas áreas de controle externo, governança, gestão administrativa, capacitação, comunicação institucional e promoção da transparência.

No período, observou-se o fortalecimento das iniciativas voltadas ao aprimoramento da eficiência administrativa, ao aperfeiçoamento da gestão de pessoas, à modernização de processos e à condução responsável da gestão orçamentária, financeira e fiscal. As ações de controle externo abrangeram temas estratégicos e de elevado impacto social, contemplando auditorias, fiscalizações, acompanhamentos e monitoramentos em áreas sensíveis à sociedade, tais como saúde, educação, assistência social, meio ambiente, saneamento, obras públicas, parcerias público-privadas, concessões e gestão previdenciária.

Destacam-se, ainda, as iniciativas de caráter preventivo e orientador, a exemplo das ações de capacitação promovidas pela Escola de Contas Públicas, da atuação da Ouvidoria como instrumento de fortalecimento da participação social e do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Comunicação na ampliação do acesso à informação e na aproximação institucional com a sociedade.

Os resultados alcançados no trimestre demonstram capacidade operacional adequada, regularidade no funcionamento dos órgãos colegiados e compromisso com a melhoria contínua da gestão pública, em consonância com os princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade e da responsabilidade fiscal.



Esses resultados representam apenas parte dos efeitos decorrentes do exercício do controle externo pelo Tribunal, mas reafirmam o compromisso e o empenho dos membros e servidores desta Corte em cumprir sua missão institucional de “aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade, por meio do controle externo”.

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha

Presidente do TCEES

